



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO**  
**FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**RELATÓRIO FINAL**

**MONITORAMENTO DO**

**PLANO DE INTEGRIDADE**

**2020/2021**

**JUNHO, 2021**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**REITORIA**

**CARLOS GUEDES DE LACERDA**

Reitor

**MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA**

Pró-Reitora de Ensino

**EUNICE PALMEIRA DA SILVA**

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**ABEL COELHO DA SILVA NETO**

Pró-Reitor de Extensão

**HEVERTON LIMA DE ANDRADE**

Pró-Reitor de Administração

**EDJA LAURINDO DE LIMA**

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

**WELLINGTON SPENCER PEIXOTO**

Assessor Executivo

Assessor Especial de Controle Interno

**MARÍLIA CRISTYNE SOUTO GALVÃO BARROS MATSUMOTO**

Chefe da Auditoria Interna

Resolução n. 19/2019/CS/Ifal



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

## **UNIDADES ACADÊMICAS**

**FÁBIO RIBEIRO** - Diretor-Geral Campus Arapiraca

**MARCOS HENRIQUE LUCENA SERAFIM** - Diretor-Geral Campus Batalha

**ALEXANDRE BONFIM BARROS** - Diretor Campus Avançado Benedito Bentes

**JOSÉ ROBERTO ALVES ARAUJO** - Diretor-Geral Campus Coruripe

**DAMIÃO AUGUSTO DE FARIAS SANTOS** - Diretor-Geral Campus Maceió

**SANDRA MARIA PATRIOTA FERRAZ** - Diretora-Geral Campus Maragogi

**ÉDER JUNIOR DE SOUZA CRUZ** - Diretor-Geral Campus Marechal Deodoro

**RODRIGO OLIVEIRA FERREIRA** - Diretor-Geral Campus Murici

**ROBERTO FERNANDES DA CONCEIÇÃO** - Diretor-Geral Campus Palmeira dos Índios

**FELIPE THIAGO CALDEIRA DE SOUZA** – Diretor-Geral Campus Penedo

**ANTONIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANÇA** - Diretor-Geral Campus Piranhas

**EDEL ALEXANDRE SILVA PONTES** - Diretor-Geral Campus Rio Largo

**GILBERTO DA CRUZ GOUVEIA NETO** - Diretor-Geral Campus Santana do Ipanema

**TALITA MARIA GOMES DE MORAIS** - Diretora-Geral Campus São Miguel dos Campos

**VALDEMIR LINO CHAVES FILHO** - Diretor-Geral Campus Satuba

**VALDOMIRO ODILON PEREIRA** - Diretor-Geral Campus Viçosa



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**UNIDADE DE GESTÃO DA INTEGRIDADE**

**MARIA FABÍOLA MORAES DA ASSUMPÇÃO SANTOS**

Responsável pela Unidade de Gestão da Integridade

Portaria n. 1.049/2020/GR/Ifal

**COMISSÃO DE GESTÃO DA INTEGRIDADE**

Portaria n. 1.233/2020/GR/Ifal

<b>SERVIDOR(A)</b>	<b>SIAPÉ</b>	<b>SETOR/ÁREA</b>
Adriana Paula Q. Rosa e Silva Oliveira Santos	1223050	Comissão de Ética
Mauro Henrique Neves Sales	1941098	Corregedoria
Nailena Maika da Rocha Vieira	1715236	Pró-Reitoria de Administração
Nise Farias Braga	1116946	Ouvidoria
Wellington Spencer Peixoto	1109445	Assessoria Executiva
Byancheylla Lessa Rocha de Freitas	1673263	Diretoria de Gestão de Pessoas

## 1. APRESENTAÇÃO

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e traz a integridade como um dos princípios da governança pública, informando que a administração deve adotar medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

A integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Além do Decreto, o presente documento obedece ao disposto na Portaria nº 57/2019/CGU (que alterou a Portaria nº 1.089/2018/CGU), que estabelece os procedimentos para estruturação, execução e monitoramento de programas de integridade em órgãos e entidades do Governo Federal (ministérios, autarquias e fundações públicas).

O Programa de Integridade, cuja finalidade é promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes, desvios éticos e atos de corrupção, deve ser operacionalizado a partir de um Plano de Integridade.

O Plano de Integridade 2020/2021 do Ifal, aprovado pela Portaria n. 2.012, de 28/05/2020, apresenta as informações gerais sobre a instituição; sobre a Unidade responsável pela Gestão da Integridade no órgão; traz, em contínuo, esclarecimentos sobre o processo de levantamento de riscos para a integridade e medidas de tratamento propostas; indica as estratégias de monitoramento e atualização periódica deste Plano. Este Plano corresponde ao detalhamento das medidas de tratamento que serão adotadas para os riscos à integridade, bem como das medidas para o fortalecimento das unidades envolvidas com o tema.

Este relatório apresenta as ações realizadas no período de junho/2020 a maio/2021, de execução do Plano de Integridade do Ifal 2020-2021, resultado da atuação da Comissão de Gestão da Integridade.

## 2. MONITORAMENTO

O monitoramento do Plano de Integridade 2020/2021 foi realizado por reuniões bimestrais da Comissão de Gestão da Integridade, com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução das ações planejadas para minimizar os riscos à integridade diagnosticados. Durante o período de abrangência deste relatório, além da execução das atividades, os membros da Comissão tiveram a oportunidade de participar de reuniões, cursos e palestras (virtuais) relacionados à Integridade.

Os resultados dos trabalhos estão descritos na tabela a seguir:

Risco	Avaliação do Risco	Medida de Tratamento	Responsável	Prazo	Situação (até 31/05/2021)
Desvio de conduta profissional	Médio	Preventiva: Realização de Eventos para	Comissão de Ética	Preventiva: maio 2021	Concluído

		<p>promover a ética no serviço público em campus polo, agregando a participação de servidores de outros campi;</p> <p>Corretiva: Abertura de Procedimento Preliminar – PP, realização de diligência e/ou chamamento do servidor para esclarecimentos, e, quando couber, conversão de PP em Processo de Apuração Ética – PAE, com aplicação de censura ética ou propositura de Termo de Acordo de Ajustamento de Conduta Pessoal e Profissional – ACP</p>		<p>Corretiva: conforme estabelece as normas da Comissão de Ética Pública</p>	<p>Preventiva: cumprido parcialmente por meio de outras estratégias como publicação de material on-line, em virtude da pandemia não houve eventos presenciais.</p> <p>Eventos reprogramados para 2021 =&gt; Iniciado. Foi realizada a primeira formação de representantes locais no dia 12/03/2021.</p> <p>Prevista segunda etapa da formação para o dia 17/05/2021</p> <p>Iniciada análise de Conflito de Interesses, conforme envio de consultas pela DGP</p> <p>Corretiva: Retomada de análises e encaminhamentos de procedimentos PP/PAE (<a href="#">desde</a> outubro-2020)</p> <p>Como a ação é contínua, serão planejadas novas ações para o próximo ciclo.</p>
<p>Alegação dos servidores de desconhecimento dos regramentos éticos, dos deveres éticos ou da prática de condutas consideradas vedadas aos servidores públicos, e, possíveis consequências</p>	Médio	<p>Realização de Eventos (cursos, oficinas, palestras, entre outros, presencial e/ou por meios eletrônicos) para promover a ética no serviço público em campus polo, agregando a participação de servidores de outros campi.</p>	<p>Comissão de Ética</p>	<p>Reprogramado para agosto/2021</p>	<p>Não concluído Não iniciado presencialmente em virtude da pandemia; Reprogramado para 2021</p> <p>Esta ação ainda não foi iniciada para servidores em geral, mas, foi iniciada para os representantes locais da CE (Campus Maragogi, Palmeira dos Índios,</p>

					São Miguel dos Campos e Reitoria.
Insuficiente participação dos gestores na difusão dos valores éticos estabelecidos no Código de Ética do Servidor Público Federal	Alto	Realização de Eventos específicos com os gestores para ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre a ética no serviço público, bem como incentivar que estes os propaguem junto aos servidores de seus respectivos campi	Comissão de Ética	2020	Concluído Primeira Participação em reunião de Colégio de Dirigentes de 2020 foi realizada em 08/09/2020  Foi solicitada nova participação no mês de dezembro/2020, sem condições de inclusão em pauta.
Ausência de material de apoio (cartilhas, cartazes, vídeos) para divulgação da ética no serviço público	Baixo	Criação da logomarca da CE-Ifal, elaboração de proposta de cartazes e de cartilha educativa para impressão e divulgação junto à comunidade interna. Estabelecer parceria com o Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal-Reitoria para produção de vídeos de curta duração com conteúdo relativo a ética do servidor público federal	Comissão de Ética	2020	Concluído 1-Criação de logomarca realizada;  2-Elaboração e publicação das Cartilhas 1 - Ética Digital; 2 - Código de Ética do Servidor Público e 3 - Procedimentos da CE; 3-Firmada parceria com o Departamento de Comunicação para 2021 3 - Criação de Informativo mensal (InfoEthos) para promoção da educação para ética, já publicados número 1 a 7 - junho a dezembro/2020); 4 - Atualização do Regimento Interno e publicado por meio da Resolução CE 02/2020;  Como a ação é contínua, foi atualizado o prazo para julho/2021 em virtude da criação de vídeos que será outra etapa da educação para a ética.
Falta de unificação do canal de recebimento de denúncias	Médio	Aprimoramento do fluxo para tratamento de denúncias, em decorrências de	Ouvidoria	Mai 2021	Não concluído Reprogramado para 2021

		alterações nos atos internos ou externos.			A Ouvidoria, em conjunto com a Corregedoria, está elaborando uma proposta de minuta para alteração do fluxo de denúncias no âmbito do Ifal. Não foi possível finalizar por conta de novos normativos e por causa da licença maternidade da ouvidora titular.
Baixa utilização dos dados gerados pela Ouvidoria para aprimoramento da gestão	Extremo	Apresentar recomendações e relatório anual com as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do IFAL com propostas de aprimoramento à gestão; dar publicidade às recomendações e aos relatórios gerados através do envio à gestão e da publicação no site do Instituto.	Ouvidoria	Janeiro 2021	Concluído Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2019 entregue ao Reitor em março, com aprovação em abril de 2020. Publicado na página do Ifal em abril de 2020. Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2020 entregue ao Reitor, aprovado e publicado na página do Ifal em abril de 2021. Atualizado em 14/05/21
Desconhecimento por parte dos usuários do papel da Ouvidoria e dos canais de atendimento existentes.	Médio	Realizar atividades de conscientização abordando temáticas sobre as funções da Ouvidoria e os canais de atendimento existentes. Tais como: visitas técnicas, distribuição de cartilhas, vídeos nas redes sociais, etc.	Ouvidoria	Dezembro 2020	Não concluído Reprogramado para 2021  Palestra sobre a Ouvidoria para novos servidores realizada em 04/03/2020. Divulgação nas redes sociais.  obs.: Não foi possível terminar os trabalhos por conta da pandemia e da licença maternidade da ouvidora titular.
Baixa utilização dos dados gerados pelo	Extremo	Apresentar recomendações e	Ouvidoria	Janeiro 2021	Concluído



<p>sistema de informação (e-SIC) ou recebidos nos SICs, para aprimoramento da gestão</p>		<p>relatório anual com os dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do Ifal com propostas de aprimoramento à gestão; dar publicidade às recomendações e aos relatórios gerados através do envio à gestão e da publicação no site do Instituto.</p>	<p>(Autoridade de Monitoramento da LAI)</p>		<p>Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2019 entregue ao Reitor em março, com aprovação em abril de 2020. Publicado na página do Ifal em abril de 2020. Devido a mudança do sistema e-SIC para a Plataforma Fala.BR, junto com as manifestações de ouvidoria, o tema foi abordado no Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2020. Foi entregue ao Reitor, aprovado e publicado na página do Ifal em abril de 2021.</p>
<p>Pouca divulgação e atualização das informações de transparência ativa, conforme Guia de Transparência Ativa para os órgãos entidades do Poder Executivo Federal.</p>	<p>Médio</p>	<p>Identificar informações públicas que não constam em transparência ativa ou que estão desatualizadas e solicitar divulgação/atualização no site oficial do Ifal.</p>	<p>Ouvidoria (Autoridade de Monitoramento da LAI)</p>	<p>Dezembro 2020</p>	<p>Concluído Foi criado o menu de "Acesso à Informação" no site do Ifal com o cumprimento dos itens constantes no Guia de Transparência Ativa. Foi publicada a Port. 2867, de 21.08.2020, que delega responsabilidade pela atualização dos dados de Transparência Ativa, constantes no "Menu de Acesso à Informação" no site do Ifal. A Ouvidoria continuará, constantemente, acompanhando a atualização dos dados de Transparência Ativa por parte das unidades do Ifal, no site da instituição.</p>

<p>Ausência de SIC presencial nas unidades do Ifal.</p>	<p>Médio</p>	<p>Criação de Portaria instituindo o Serviço de Informação ao Cidadão presencial no Ifal e instituição de SIC presencial ou, pelo menos, disponibilização de serviço de recebimento e registro dos pedidos de acesso à informação nos <i>campi</i>.</p>	<p>Ouvidoria  (Autoridade de Monitoramento da LAI)</p>	<p>Dezembro 2020</p>	<p>Não concluído Reprogramado para 2021</p> <p>Emitida a Portaria 2534/2020, que institui o SIC no Ifal. As orientações aos SICs físicos serão realizadas no segundo semestre de 2021.</p> <p>A Ouvidoria compartilhou com os Diretores Gerais dos 16 campi a realização do VII Encontro dos Serviços de Informações aos Cidadãos (SICs) das Instituições Públicas de Ensino Superior e Pesquisa do Brasil, realizado no período de 23 a 25.09.2020, e sugeriu a participação dos responsáveis pelo SIC local.</p> <p>A Ouvidoria compartilhou com os Diretores Gerais dos 16 campi e com o Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria a realização da Live - Transparência Ativa: Diretrizes e Boas Práticas, realizada no dia 25/11/2020, sugerindo a participação dos servidores do SIC e de todos da área de comunicação do Ifal.</p> <p>Não foi possível a conclusão dos trabalhos por conta da pandemia e da licença maternidade da ouvidora titular.</p>
<p>Ausência atualização do fluxo</p>	<p>Médio</p>	<p>Aprimoramento do fluxo de tratamento de casos de nepotismo, de</p>	<p>Diretoria de Gestão de Pessoas</p>	<p>Março 2021</p>	<p>Concluído A Portaria nº 2051/2020 institui o</p>

de tratamento de casos de nepotismo)		acordo com alterações nas normas internas ou externas.			fluxo para tratamento de nepotismo para cargos e funções comissionadas no IFAL.
Ausência de atualização do fluxo de tratamento de casos de conflito de interesses)	Médio	Aprimoramento do fluxo de tratamento de casos de conflito de interesses, de acordo com possíveis alterações nas normas internas e externas.	Diretoria de Gestão de Pessoas	Março 2021	Concluído A Portaria nº 2050/2020 institui o fluxo de tratamento de Conflito de Interesses no IFAL.
Ausência de critérios para indicação para ocupação de cargos de detentores de CD e FG (exceto Reitor e Diretores-Gerais - eleitos).	Alto	Instituição de comissão específica para promover a definição do perfil, requisitos técnicos e impessoais de qualificação e competência (capacitação, experiência, formação acadêmica), necessário para o exercício das atividades vinculadas a cada função de confiança e cargo comissionado; e estabelecer processo de recrutamento para essas funções e cargos.	Diretoria de Gestão de Pessoas	Abril 2021	Não iniciado Não foi possível iniciar esta atividade em virtude de outras demandas urgentes do setor.
Desconhecimento do Programa de Integridade pelos servidores do Ifal.	Alto	Elaborar e executar o Plano de Comunicação e divulgação do Programa/Plano de Integridade no âmbito do Ifal em conjunto com a Diretoria de Comunicação e Eventos.	Unidade de Gestão da Integridade	Dezembro 2020	Não concluído 1- Em 14/07 - realizamos a apresentação do Programa e do Plano de Integridade ao Colégio de Dirigentes.  2- 10/09 Publicação de matéria no site do Ifal para divulgação à comunidade interna e externa  3- Divulgação da campanha do Governo Federal/CGU - Integridade e Plano de Integridade 4- Divulgação da campanha do Governo

					Federal/CGU (Assédio Sexual e Moral)
Descumprimento da execução e monitoramento do Plano de Integridade.	Médio	Coordenar ações de sensibilização e capacitação dos gestores e demais servidores sobre a Integridade, em conjunto com a DGP.	Unidade de Gestão de Integridade	Março 2021	<p>Concluído</p> <p>1- De 22 a 26/06 - os membros da comissão participaram do Curso Integridade Pública, promovido pela CGU;</p> <p>2- Capacitação sobre Governança para os membros do Colégio de Dirigentes, em 23/09/20</p> <p>3- Emissão do relatório parcial, referente as atividades 2020, em março/2020.</p> <p>4- Continuidade da execução das atividades 2021.</p>
Alegação dos servidores de desconhecimento dos deveres e das possíveis penalidades.	Médio	Realizar atividades de conscientização abordando temáticas sobre deveres e penalidades aplicáveis aos servidores públicos, tais como: palestras, cartilhas, capacitações etc.	Corregedoria	Dezembro 2020	<p>Concluído</p> <p>1. Participação do Colégio Dirigentes para apresentação da Corregedoria, abordando a temática sob a ótica preventiva.</p> <p>2. Realização de ação preventiva com a participação no Programa de Iniciação ao Serviço Público destinado aos servidores ingressantes no Ifal, apresentando a Corregedoria e abordando temas relacionados aos deveres e proibições dos servidores;</p> <p>3. Participação em reuniões com a gestão dos Campi do Ifal para abordagem das principais atividades da Corregedoria.</p>

					<p>4. Organização do acervo de legislação e jurisprudência relacionados à matéria correcional, com divulgação na página do Ifal, no ambiente destinado à Corregedoria.</p> <p>5. Divulgação de cartilha de correição aos servidores do Ifal, elaborada com base na campanha de 'Ética viva e correição da CGU', tendo em vista a orientação acerca do aspecto disciplinar das condutas dos servidores e a disseminação de uma cultura de integridade no âmbito do Ifal.</p> <p>6. Participação de reuniões junto ao Conselho Superior do Ifal para apresentar a Corregedoria e expor a necessidade de adequação do Regimento Geral do Ifal no tocante à temática correcional.</p>
Desconhecimento das atividades e procedimentos de natureza correcional no âmbito do Ifal	Extremo	Criar normativo interno definindo e regulando as atividades correcionais no âmbito do Ifal.	Corregedoria	Dezembro 2020	<p>Concluído</p> <p>1. Elaboração e publicação de 'Perguntas e respostas' na página da Corregedoria acerca das atividades correcionais.</p> <p>2. Participação de reuniões junto à gestão dos <i>Campi</i> do Ifal, a fim de esclarecer o papel da Corregedoria e suas principais atividades.</p> <p>3. Realização de reunião com o Sindicato a fim de socializar o papel da</p>

					<p>Corregedoria e elencar em linhas gerais a nossa forma de atuação.</p> <p>3. Divulgação do Relatório das atividades da Corregedoria referente ao ano de 2019 na página do Ifal, no ambiente da Corregedoria.</p> <p>4. Construção do normativo regulando as atividades correcionais, o qual foi encaminhado à Procuradoria Federal junto ao Ifal, que elencou algumas diligências, visando à publicação do documento.</p> <p>5. Foi publicada a Resolução nº 67/2020, em 07 de dezembro de 2020, que aprovou a alteração dos artigos 167 e 230 do Regimento Geral do Ifal, a pedido da Corregedoria, em atenção às diligências elencadas pela Procuradoria Federal quando da análise da minuta do Normativo elaborado;</p> <p>6. Elaboração e divulgação de 13 instruções de trabalho abordando as temáticas correcionais.</p>
Insuficiência de servidores capacitados para atuar como membros de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares (PAD).	Extremo	Realizar capacitações internas, emitir orientações e estabelecer fluxos e rotinas atinentes à atuação das Comissões de apuração.	Corregedoria	Dezembro 2020	<p>Concluído</p> <p>1. Emissão de orientações às Comissões instauradas, elencando modelos e fluxos de documentos inerentes à</p>

					<p>atividade apuratória;</p> <p>2. Divulgação junto ao banco de servidores da Corregedoria da capacitação em PAD ofertada pela CGU, com adesão e participação de 33 servidores no 1º semestre.</p> <p>3. Realização de parceria com a Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações visando à capacitação do banco de servidores em PAD, com publicação dos cursos ofertados, contando com a participação de 16 servidores no 1º semestre e 11 no 2º semestre.</p> <p>4. Realização de reunião de integração com os servidores que atuam em Comissões de apuração para socialização de informações e orientações atinentes às atividades correccionais.</p>
Atendimento das auditorias externas fora dos prazos	Médio	Criar e institucionalizar o fluxo de tratamento de demandas dos Órgãos Externos de Controle.	Assessoria Executiva  (Controle Interno)	Abril 2021	<p>Não concluído</p> <p>1- Planilha de acompanhamento dos processos recebidos dos órgãos de controle e instâncias de governança interna e externa.</p> <p>2- Elaboração de minuta do Fluxograma - aguardando aprovação do</p>

					Assessor e depois da alta administração. Em virtude do
--	--	--	--	--	--

					afastamento do Reitor a partir de novembro...
Baixo monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna ou pelos Órgãos de Controle.	Médio	Estruturação de um modelo de plano de providências para acompanhamento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e CGU.	Assessoria Executiva (Controle Interno)	Dezembro 2020	Concluído Adoção do sistema e Aud para acompanhamento dos relatórios e recomendações emitidas
Não realização de auditorias baseadas em riscos.	Alto	Adoção de uma abordagem baseada em riscos no planejamento das auditorias.	Assessoria Executiva (Controle Interno e AUDINT)	Abril de 2021	Concluído Capacitação dos Gestores (membros do CODIR) sobre Gestão de Riscos e Controles Interno (30/09).O mapa de riscos está em fase de análise.(30/09) Aprovação do mapa de riscos (Dez/20) Obs: Mesmo sem o mapa de riscos, a AUDINT já elabora o PAINT baseados nos riscos institucionais, levantados por meio de questionários junto às áreas de gestão.
Situações de Agregação de funções	Médio	Estruturação das unidades/entidades devendo prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização.	Assessoria Executiva	Abril 2021	Não Iniciado  Não foi possível iniciar em virtude de outras demandas urgentes e limitação de pessoal no setor
Falta de efetividade na gestão de riscos nos processos de compras e licitações	Alto	Implementar a gestão de riscos nos processos de aquisição de materiais. Colocar em prática as medidas mitigadoras previstas nos mapas de riscos que compõem o processo da contratação. Realizar capacitações internas, emitir e divulgar orientações e estabelecer e divulgar fluxos e rotinas	Pró-Reitoria de Administração	Abril 2021	Concluído Devido à IN 40/2020, a partir de 01/07/2020 passou a ser obrigatória a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Mapas de Riscos para os processos de aquisição de materiais. Passará a ser obrigatório, a partir de 01/08/2020, o ETP digital por meio do



		atinentes à gestão de riscos nos processos de compras			<p>Comprasnet. O Depto. de Compras divulgou essa informação para os campi e coletou os dados dos cadastradores que serão responsáveis pelo ETP digital nas unidades e na Reitoria.</p> <p>Houve construção de divulgação dos fluxogramas mais urgentes via e-mail institucional. A publicação da página será realizada quando o Departamento de Comunicação e Eventos incluir link específico na página da Administração). Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os fluxos e detalhamentos de rotinas.</p>
<p>Aquisições e contratações não previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e/ou no Plano Anual de Contratações (PAC)</p>	Alto	<p>Ampla divulgação do PDI, do PDTIC e do PAC. Não autorização de contratações não previstas nesses instrumentos de Planejamento, salvo, excepcionalmente e, mediante robusta motivação.</p>	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	<p>Concluído</p> <p>Nas aquisições do Calendário de Compras Comuns os gerenciadores foram orientados a solicitar declaração dos participantes sobre a previsão da demanda no PAC. Nos fluxos de Compras da Reitoria foi inserida a etapa de verificação da previsão das demandas no PAC. No Documento de Formalização da Demanda (DFD) o solicitante já indica se a demanda está prevista no PDI. No Estudo Técnico Preliminar de Tecnologia da Informação e Comunicação (padrão IN 01/2019) a DTI informa a previsão no</p>

<p>Abuso de posição ou poder para favorecimento de interesses privados nas contratações/aquisições</p>					<p>PDI, no PDTIC e no PAC. Com a divulgação do novo Manual de Compras todos os processos passarão pela análise da Diretoria de Tec. da Informação ou da Diretoria de Suprimentos para verificação de previsão no PDTIC ou PAC. Os relatórios do PAC 2020 estão divulgados na página da Administração. O PDI e o PDTIC estão divulgados no site do Ifal.</p>
	<p>Médio</p>	<p>Contratar/adquirir apenas o que for de interesse público. Respeitar o princípio da segregação de funções nos processos licitatórios. Instaurar processos administrativos para os casos em que tais situações ocorrerem, aplicando as sanções previstas em lei.</p>	<p>Pró-Reitoria de Administração</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Não iniciado.  Em virtude de outras demandas urgentes e limitação de pessoal no setor.</p>
<p>Ocorrência de Nepotismo/ conflito de interesses nas contratações/aquisições</p>	<p>Médio</p>	<p>Verificar, antes da contratação, se a empresa possui vínculo com servidor público do Ifal. Implementar uma política de sigilo de documentações. Cadastrar os documentos da fase interna da licitação como restritos no Sipac. Instaurar processos administrativos para os casos em que tais situações ocorrerem, aplicando as sanções previstas em lei.</p>	<p>Pró-Reitoria de Administração</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Concluído  Elaboração de um Plano de Ação onde consta a realização de 02 treinamentos para instruir servidores sobre a correta atuação de processos eletrônicos de licitações no SIPAC (essa ação foi iniciada em outubro/2020 com previsão de término em novembro/2020).</p>

Pouca transparência nos processos de compras, licitações e contratações	Médio	Converter os processos físicos de Compras (aquisições e contratações), que ainda estão na fase interna, em processos eletrônicos. Realizar os certames	Pró- Reitoria de Administraç ão	Contínuo	Concluído  Emissão da Portaria nº 885, dispondo sobre implantação do Processo Eletrônico Nacional (Pen). Em
---	-------	---	---	----------	---

		<p>exclusivamente na forma eletrônica. Promover a adequada e ampla divulgação dos avisos de licitação, conforme exigência legal. Divulgar e manter atualizadas no site do Ifal as informações sobre os processos de compras (Dispensas, Inexigibilidades, Adesões e Pregões), disponibilizando, no mínimo, os documentos que a legislação aponta como de publicação obrigatória</p>			<p>março todos os processos administrativos passaram a ser gerados e tramitados eletronicamente, e podem ser acessados pelos cidadãos através do Sipac. Foram emitidas pela Proad as Instruções Normativas nºs 02 e 03, normatizando procedimentos. Foi criado espaço específico sobre o Pen no site do Ifal. Os campi foram orientados sobre a publicação da licitações, dispensas e inexigibilidades de 2020, que será executada pelo Depto. de Compras, no site do órgão. Os contratos também estão sendo disponibilizados integralmente no site.</p> <p>Foi criado um Plano de Ação apontando a necessidade de atualização do portal público do Sipac. Esta atualização já está disponível e sendo testada pela Coord. de Protocolo. Ela permite a visualização do inteiro teor dos processos licitatórios e de execução contratual. Estão planejados novos treinamentos referentes às atualizações. Esse plano teve suas ações iniciadas em setembro/2020, com previsão de término em Fevereiro/2021.</p>
<p>Contratações diretas imprevistas</p>	<p>Alto</p>	<p>Realizar capacitações internas, emitir orientações e estabelecer fluxos e rotinas atinentes aos</p>	<p>Pró-Reitoria de Administração</p>	<p>Dezembro 2020</p>	<p>Concluído</p> <p>Criação dos fluxos dos processos de Compras (incluindo</p>

		processos de contratações diretas.			Dispensa e Inexigibilidade), com divulgação aos campi (DA's e setores de Suprimentos).  Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os fluxos e detalhamentos de rotinas.
Contratações inadequadas/ineficientes	Alto	Incluir servidores conhecedores do objeto como solicitantes dos processos de contratações/aquisições e, quando não houver servidor com conhecimento na área, criar comissão multidisciplinar para definir as especificações. Realizar capacitações internas e emitir orientações atinentes à elaboração de termos de referência.	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Concluído  Após a criação dos fluxos de compras/contratações, o Departamento de Compras começou a elaboração dos manuais que detalham os fluxos.  Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os fluxos e detalhamentos de rotinas.
Erro na quantificação da demanda do bem ou serviço a ser licitado	Médio	Preventiva: Orientar solicitantes a seguirem os parâmetros estabelecidos para dimensionamento da demanda. Realizar capacitações internas e emitir orientações atinentes à elaboração de termos de referência. Corretiva: Não acatar a demanda caso não haja robusta justificativa.	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Concluído  Em trabalho conjunto com a Auditoria Interna, iniciou-se o acompanhamento do Sistema ALICE da CGU, através do qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.
Vícios na elaboração do preço de referência da licitação	Alto	Utilizar os parâmetros estabelecidos para a pesquisa de preço. Realizar capacitações internas sobre a	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Concluído  Divulgação no site do Ial dos Formulário de Resumo da Pesquisa de Preços.

		realização de pesquisa de preços.			Em trabalho conjunto com a Auditoria Interna, iniciou-se o acompanhamento do Sistema ALICE da CGU, através do qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.
Elaboração de cláusulas restritivas à competitividade no edital do processo licitatório	Alto	Preventiva: Utilizar os modelos padrões de editais e termos de referência da AGU e orientar os solicitantes quanto à importância de especificar o produto a ser adquirido sem direcionar a compra.  Corretiva: Anular licitação	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Concluído  Divulgação no site do Ifal dos modelos de Editais da AGU. (31/07)
Contratação de empresa inabilitada e/ou inidônea.	Médio	Verificar todas as certidões no momento da assinatura do representante legal da Contratante.  Monitoramento das recomendações já auditadas, para verificar sua continuidade.  Promover ações em conjunto com as áreas auditadas, estabelecendo estratégias para evitar cometimento de erros.	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Concluído  Envio de memorandos com orientações, modelos de checklists. Realização de treinamentos baseados nas recomendações da CGU/AL.  Em trabalho conjunto com a Auditoria Interna, iniciou-se o acompanhamento do Sistema ALICE da CGU, através do qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.

<p>Contratações com valor superestimado e/ou direcionadas.</p>	<p>Alto</p>	<p>Realização de pesquisa de preços por servidor conhecedor do objeto licitado. Equipe de planejamento com integrante técnico da área solicitante.</p>	<p>Pró-Reitoria de Administração</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Concluído Divulgação no site do Ifal dos Formulário de Resumo da Pesquisa de Preços.</p>
<p>Descumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional</p>	<p>Médio</p>	<p>Estabelecer a Metodologia de Gestão Estratégica (monitoramento e avaliação periódica das iniciativas, indicadores, metas e resultados, periodicidade e critérios para a revisão do PDI vigente).</p>	<p>PRDI/  Diretoria de Planejamento Institucional</p>	<p>Dezembro 2020</p>	<p>Concluído</p> <p>No primeiro trimestre de 2020 foram estabelecidas as iniciativas para o atingimento dos 13 objetivos estratégicos do PDI, bem como registradas as metas para os indicadores. Conforme consta na Ferramenta Geplanes.</p> <p>No início do segundo semestre de 2020 foi solicitada, e procedida pelas áreas sistêmicas e campi, a revisão das iniciativas e metas, em virtude dos efeitos da pandemia. Registrado na ferramenta Geplanes e no PAA (Plano Anual de Atividades 2020).</p> <p>No tocante aos resultados para os atuais 58 indicadores, serão registrados ao final do ano civil, durante o mês de janeiro de 2021.</p> <p>Está prevista revisão anual do PDI vigente, e em caso de necessidade serão produzidos os documentos necessários. Em 2020 foram reavaliados os objetivos estratégicos, indicadores e metas. Foi elaborada uma nova proposta, com a</p>

					<p>participação de uma Empresa de Consultoria e as áreas sistêmicas, sendo encaminhada em 22 de dezembro de 2020 à Secretaria dos Colegiados, para apreciação pelo Conselho Superior do Ifal.</p> <p>Tão logo a proposta seja analisada/aprovada, será dado início ao Planejamento do ano 2021.</p> <p>O acompanhamento das metas previstas para os indicadores prevê a possibilidade de sua revisão no encerramento do primeiro semestre, e a apuração dos resultados ao final do ano civil. Para 2021 está prevista a incorporação da metodologia de projetos estratégicos, que se acompanhará através de relatórios trimestrais das áreas responsáveis.</p>
Inobservância aos requisitos legais relativos a qualidade, sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho nas fiscalizações de obras e serviços de engenharia.	Médio	<p>Construção de POP – Procedimento Operacional Padrão para a atividade de fiscalização de obras e serviços de engenharia incluindo os requisitos apresentados no Guia Nacional das Contratações Sustentáveis da AGU e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.</p>	PRDI/ Diretoria de Infraestrutura e Expansão	Dezembro 2020	<p>Concluído</p> <p>Consolidada a construção do Procedimento Operacional Padrão – POP para a atividade de Fiscalização de Contrato de Obra, sob a responsabilidade da Coordenação de Obras da Diretoria de Infraestrutura e Expansão-PRDI. Esta POP contempla recomendações para a observância dos normativos relativos à qualidade, sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho na obra, bem</p>



					como o acompanhamento efetivo dos documentos já exigidos em contrato para as referidas áreas. Outros Procedimentos auxiliares foram elaborados.
--	--	--	--	--	---

Tabela 1. Ações realizadas para o tratamento dos riscos à integridade do Ifal.

Os gráficos a seguir, apresentam a quantidade e os níveis dos riscos identificados, por área da integridade (gráfico 1); a quantidade de medidas de tratamento dos riscos, por situação e por área da integridade (gráfico 2); e o percentual da situação das medidas de tratamento dos riscos (gráfico 3).

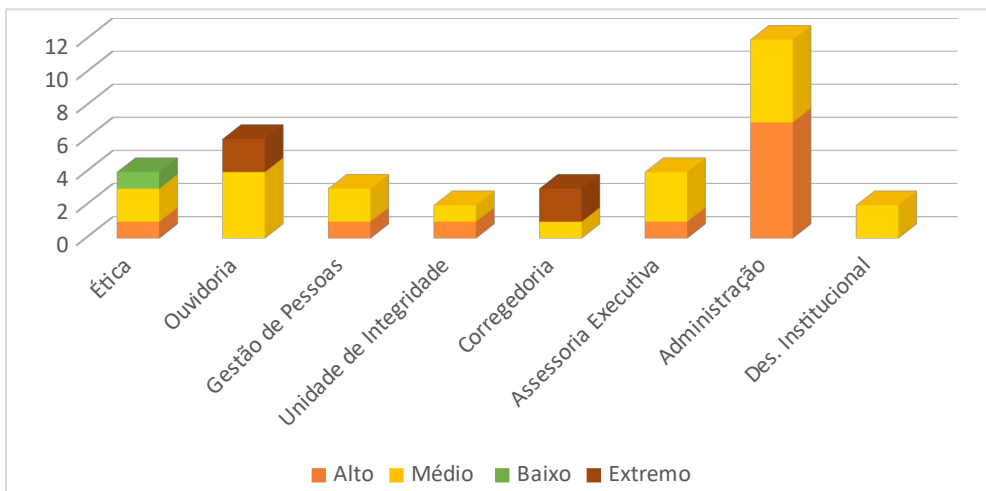


Gráfico 1. Quantidade e nível dos riscos por área da integridade.

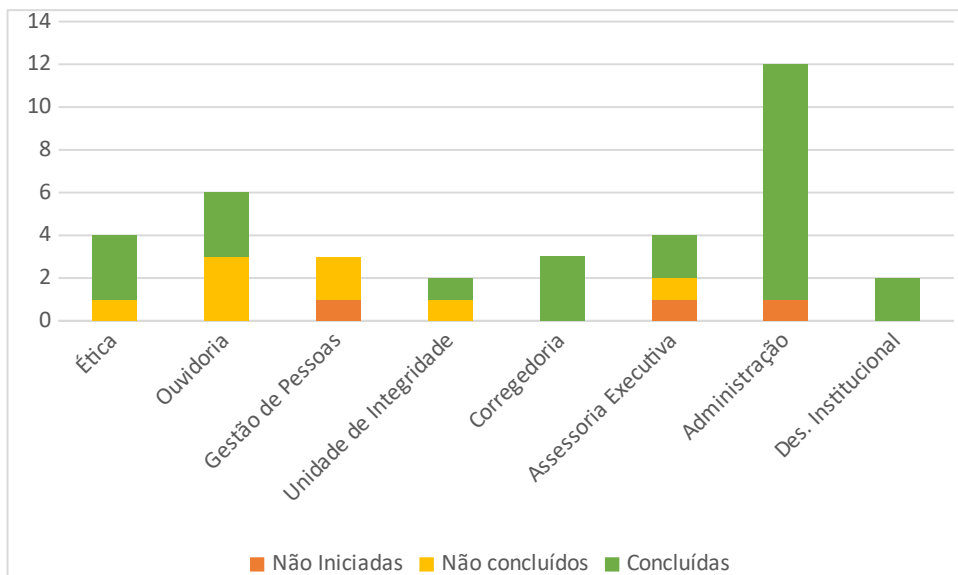


Gráfico 2. Quantidade de medidas de tratamento dos riscos, por situação e por área da integridade.



Gráfico 3. Percentual da situação das medidas de tratamento dos riscos.

### 3. CONCLUSÃO

Verifica-se que o Plano de Integridade do Ifal materializou um importante instrumento para alavancar a visibilidade das unidades que tratam diretamente desse tema na Instituição. No geral constatou-se que praticamente todas as ações previstas para serem executadas no ciclo de monitoramento referente ao período de junho/2020 a maio/2021 foram executadas. As ações que não foram iniciadas ou não concluídas dentro dos prazos previstos, foram devidamente justificadas, em função da dificuldade operacional de lotação de pessoal, e foram incluídas no Plano de Integridade 2021.

Ressaltamos que todas as informações sobre as atividades da Gestão da Integridade estão disponíveis na página oficial do Ifal (<https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-de-integridade>).

É o que temos a relatar.

Maceió, 18 de junho de 2021.

**MARIA FABÍOLA MORAES DA ASSUMPÇÃO SANTOS**

Responsável pela Unidade de Gestão da Integridade

Portaria n. 1.049/2020/GR/Ifal